

## PLANO NACIONAL DE CULTURA: cultura e sua diversidade no âmbito das políticas públicas

Izan Yver Nascimento de Carvalho<sup>1</sup>  
Ingrid Ariana Souza da Silva<sup>2</sup>  
Luciana Priscila dos Santos Bibiano<sup>3</sup>  
Heliana Baia Evelin Soria<sup>4</sup>

**Resumo:** É certo que desde o início dos tempos a cultura está presente nas sociedades e exerce um papel de grande importância, pois é uma das formas de caracterização dos povos. Tendo o objetivo de suscitar discussões sobre a cultura brasileira e proporcionar reflexões acerca da diversidade sócio-cultural presente no país, relatando a importância do Plano Nacional de Cultura e seus desdobramentos na sociedade como Política Pública, em especial a Política dos Pontos de Cultura, a que se constitui o presente trabalho.

**Palavras-chave:** Cultura, diversidade sócio-cultural, políticas públicas.

**Abstract:** It is certain that since the beginning of the times the culture is present in the societies and exerts a paper of great importance, therefore is one of the forms of characterization of the peoples. Having the objective to excite quarrels on the Brazilian culture and to provide to reflections concerning the present partner-cultural diversity in the country, telling the importance of the National Plan of Culture and its unfoldings in the society as Public Politics, in special the Politics of the Points of Culture, the one that if constitutes the present work.

**Key words:** Culture, partner-cultural diversity, public politics.

<sup>1</sup> Graduando. Universidade Federal do Pará. E-mail: yver\_nascimento@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Graduanda. Universidade Federal do Pará. E-mail: ingriufpa@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda. Universidade Federal do Pará. E-mail: lucianabibi@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Doutora. Universidade Federal do Pará. E-mail: hbesoria@ufpa.br



## 1 – INTRODUÇÃO

Dada a amplitude do conceito de cultura, no presente trabalho nos referimos ao termo quando falamos de crenças, comportamentos e valores aprendidos e desenvolvidos pelo ser humano, correspondentes às formas de organização a partir da vivência e tradição comuns, apresentando-se assim como a identidade de um povo. Neste contexto, nos reportamos às Ciências Sociais quando a relacionam com a produção do saber, da arte, do folclore, da mitologia, dos costumes, modos de vida e sua perpetuação ou transformações de geração à geração. Nesse conjunto de meios para melhor satisfazer suas necessidades e desejos, o homem cria elementos que renovam a cultura advinda das gerações passadas, assim a cultura confere sentido à vida do humana.

Existe na cultura os bens de natureza material e imaterial; por bem cultural material entende-se o conjunto de objetos, tecidos, utensílios, ferramentas, adornos, meios de transporte, moradias, que formam o ambiente não abstrato de determinada sociedade, que explicita o modo de pensar e os valores de cada cultura, de cada sociedade. Os bens de natureza imaterial referem-se a todas as formas tradicionais e populares de cultura transmitidas oralmente, por meio de práticas, representações, expressões, conhecimentos. Segundo a UNESCO “é um bem transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.(www.iphan.gov.br)

A cultura também pode ter características adaptativas, ou seja, a capacidade de responder ao meio de acordo com as mudanças e hábitos, ou ainda características cumulativas, onde as modificações passam de geração para geração, e elas se transformam, perdendo e incorporando aspectos novos mais adequados a sobrevivência. Com esses mecanismos adaptativos e cumulativos, a cultura sofre mudanças, traços se perdem, outros se adicionam, em velocidades que variam nas diferentes sociedades. O ambiente exerce um papel fundamental sobre as mudanças culturais, embora não seja o único; os homens mudam sua maneira de encarar o mundo tanto por contingências ambientais quanto por transformações da consciência social.



Diferentemente de outros povos do mundo, temos a nosso favor uma notável capacidade de acolhimento e transformação enriquecedora daquilo que nos é inicialmente alheio. Entretanto, os desequilíbrios entre regiões e as desigualdades sociais – realimentadas por discriminações étnicas, de classe, de geração, de gênero, de opção sexual, educacional – também fazem parte da história do País.

As diferenças culturais que existem entre as pessoas, como a linguagem, vestimenta e tradições, bem como a forma como as sociedades se organizam e como elas interagem com o ambiente é o que identificamos como *diversidade cultural*. Este termo faz alusão à variedade de idéias, características e/ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente.

O conceito de *diversidade cultural* é um fator fundamental para a construção contemporânea de Políticas Públicas, especialmente nas áreas das Políticas Sociais da Cultura e da Educação. No decorrer da história foram produzidas variadas dinâmicas de subordinação e exclusão cultural. Na atualidade, como reação a esse processo de segregação sócio-espacial e cultural emergem iniciativas voltadas para a proteção e afirmação da diversidade cultural da humanidade, o que pressupõe perspectivas de maior responsabilidade do Estado na valorização do patrimônio material e imaterial de cada nação.

Com a globalização verificou-se uma tendência de se uniformizar os grupos culturais, o que originou o desaquecimento da produção cultural, enquanto transmissora de culturas antepassadas e geradoras de novas tecnologias sociais. Isto reflete na perda de identidade, primeiro das coletividades, podendo chegar até ao plano individual.

As novas tecnologias digitais de comunicação e informação possibilitam uma integração econômica mundial de características e alcance sem precedentes. Porém, este processo é acompanhado por profundos sentimentos de desconexão, insegurança e de rejeição. As tecnologias não favorecem somente os interesses do grande mercado, inclusive o cultural, elas também proporcionam novos fluxos de experimentação artística e oportunidades de valorização de tradições culturais específicas, combinadas ao uso criativo dos mais recentes recursos científicos e tecnológicos.



Segundo Ferreira (2007) a indústria cultural tem base em uma teoria social do conhecimento, onde tudo se transforma em consumo. Sempre que algo se torna “popularizado”, a indústria repete o mesmo padrão. Tal circunstância provoca a uniformidade cultural. A lógica desta indústria, segundo a autora, é que a cultura em si não importa, mas sim entrar na lógica de produção do mercado, “todo conteúdo artístico se desfaz em produto de consumo” (p. 38), com o intuito de diferenciar a cultura espontânea daquela que surge com o objetivo de produzir para agregar consumidores, isto contribui para a alienação da população, a chamada cultura em massa. “No ocidente a indústria cultural realiza-se como extinção da força criadora se revelando como verdadeiro estilo á própria dominação, onde não há como resistir a não ser integrando-se.” (pg. 39).

A indústria cultural visa padronizar comportamentos e pensamentos, fazendo desaparecer à capacidade de crítica, o processo de industrialização foi utilizado pela indústria cultural para conter o desenvolvimento da consciência, neste processo de massificação cultural, a formação da cultura foi sendo massacrada, prevalecendo assim a acomodação, a adaptação. A autora no final do seu artigo fala que a educação é um dos principais meios para se obter uma verdadeira identidade cultural.

## **2- DESENVOLVIMENTO**

Na Constituição Brasileira de 1988 é assegurado que o Estado deve garantir o exercício da cultura, sendo um direito dos cidadãos terem acesso as fontes da cultura nacional, apoiando as manifestações culturais, democratizando o acesso aos bens culturais, e também valorizando a diversidade étnica e regional do País. O poder público tem por função proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, bens de natureza material e imaterial referência da identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade incluindo-se as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver. O poder público deverá ter a colaboração da sociedade.

Em 2001 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE pesquisou nos 5.560 municípios brasileiros 17 tipos de equipamentos culturais: clubes, estádios, museus, unidades de ensino superior, bibliotecas, livrarias, teatros, cinemas, vídeolocadoras, orquestras, bandas de música, lojas de discos e cds, rádios AM, rádios FM, gerador de TV, provedor de internet, shopping centers. A investigação concluiu que somente 53 municípios brasileiros possuíam os 17 equipamentos, correspondendo a cerca de 26,5% da população





brasileira, 153 não possuíam nenhum dos equipamentos. Os municípios do Norte e do Nordeste eram os mais carentes. Havia Estados brasileiros que não contavam com nenhum município com todos os equipamentos: Rondônia, Amapá, Tocantins, Maranhão, Alagoas e Mato Grosso do Sul.

Em outubro de 2007, o Ministério da Cultura lançou o Programa Mais Cultura, que propõe investir 4,7 bilhões de reais na área da cultura até 2010, com a perspectiva de alterar a dramática situação de exclusão cultural, que teve constatada a sua permanência na pesquisa do IBGE (2007): Apenas 13% dos brasileiros freqüentam cinema alguma vez por ano; 92% nunca freqüentaram museus; 93,4% jamais freqüentaram alguma exposição de arte; 78% nunca assistiram a espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar; Mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso; O brasileiro lê em média 1,8 livros per capita / ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo); existe uma biblioteca para cada 35 mil habitantes, enquanto na França a proporção é de uma biblioteca pública para cada grupo de 2,5 mil pessoas; 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população; O preço médio do livro de leitura corrente é de R\$ 25,00, elevadíssimo quando se compara com a renda do brasileiro nas classes C/D/E; Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no Nordeste, e apenas dois no Sudeste ; 82% dos brasileiros não possuem computador em casa e 70% não tem qualquer acesso a internet (nem no trabalho, nem na escola); 56,7 % da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalha por conta própria; A média brasileira de despesa mensal com cultura por família é de 4,4% do total dos rendimentos, acima da educação (3,5%), não variando em razão da classe social, ocupando a 6ª posição dos gastos mensais da família brasileira.

Em 2008, existiam 330 cidades sem bibliotecas públicas. A região Nordeste, continua sendo a região com maior número de cidades sem esse apresto. O governo diz que pretende zerar até julho deste ano o número de municípios sem bibliotecas públicas.

O Ministério da Cultura tem o desafio de programar e formular políticas públicas para um dos campos mais complexos, marcados pela falta de tradição no seu desenvolvimento, essas políticas públicas tem que ser formuladas de maneira coerente e consciente, tendo, portanto, que ser implementadas de modo democrático. Neste sentido, o Ministério da



Cultura não pode ser identificado exclusivamente como um mero repassador de recursos, sua atuação deve permear a formulação de políticas públicas e de sua execução, de acordo com os princípios que regem a administração pública, do ponto de vista do pacto federativo brasileiro.

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) auxilia no processo de articulação, gestão e promoção conjunta de iniciativas, na área cultural, entre os governos e destes com a sociedade civil, que tem como objetivo formular e implementar políticas públicas democráticas entre a União, Estados e municípios, buscando garantir o desenvolvimento social como o exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional. A sociedade participa da definição de prioridades, controle e acompanhamento das metas programadas pelo SNC.

O Conselho Nacional de Política Cultural objetiva a participação da sociedade civil e governo, tendo este conselho caráter deliberativo e consultivo com a participação de diferentes setores do governo e da sociedade. Este órgão tem como finalidade “propor a formulação de políticas públicas, tendo em vista a promoção, a articulação e o debate entre seus participantes para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional”. São competências deste, dentre outras, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Nacional de Cultura; estabelecer as diretrizes gerais para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura; apoiar os acordos para a implantação do Sistema Federal de Cultura; e aprovar o regimento interno da Conferência Nacional de Cultura.

Já na esfera estadual as Secretarias de cultura objetivam a construção de uma política democrática de cultura, com planejamento para indicar novas estratégias para a ação de médio e longo prazos a partir de análises das necessidades da população. Para se conseguir construir um Estado “forte” culturalmente e necessário que tais secretarias estimulem e apoiem a transmissão de saberes assim como a circulação e o acesso a produção cultural, incentivem e ampliem manifestações culturais, incentivem a produção cultural do Estado e preservem a sua memória cultural, descentralizem as ações culturais. Assim as funções básicas das secretarias estaduais de cultura são formular e executar a política cultural , apoiar e patrocinar eventos de cunho artístico e cultural, preservar arquivos e documentações para guardar a memória cultural do Estado, assim como incentivar pesquisas voltadas para essa área.

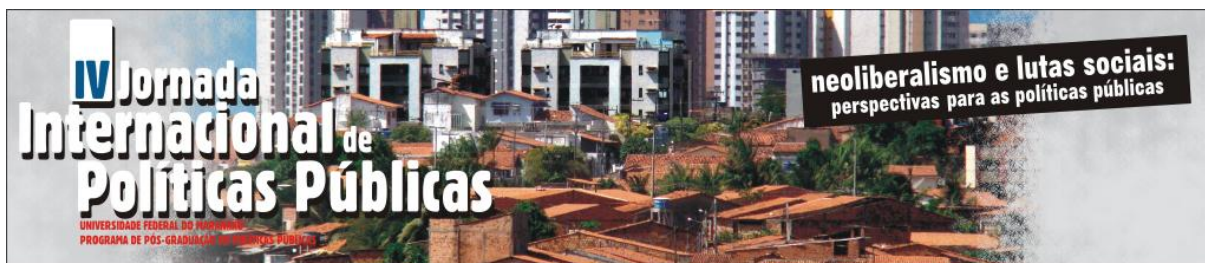


O Plano Nacional de Cultura (PNC) tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo para a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País. Com o objetivo principal de fortalecer a instituição e definir políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura. A implementação do Plano Nacional de Cultura apoiará de forma qualitativa o crescimento destas políticas. O PNC recebe esse nome porque busca abranger as demandas culturais dos brasileiros como um todo, sem discriminações sócio-econômicas, de localizações geográficas, origens étnicas, faixas etárias, etc.

A proposta do PNC engloba sete conceitos e valores norteadores, 33 desafios e cinco estratégias gerais, que abrigam ao todo mais de 200 diretrizes, divididas por modalidades de ação do Estado. As estratégias e diretrizes gerais do PNC são: O Fortalecimento à ação do Estado no planejamento e na execução das políticas culturais; incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira; universalizar o acesso dos brasileiros a fruição e a produção cultural; ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável: consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais.

A exemplo de outros programas de Estado, o PNC necessita de um sistema de acompanhamento e avaliação de suas políticas implementadas. A formação de um sistema integrado de gestão e acompanhamento determinará uma efetiva coordenação de recursos e ações públicas. Inserido nesse contexto de busca de aprimoramento da gestão pública, surgem às políticas que visam sustentar as manifestações histórico-culturais e o SNC se torna um forte aliado, pois auxilia na gestão e promoção destas políticas, buscando pactuar a federação e sociedade civil para a promoção e desenvolvimento social e o pleno exercício dessas políticas.

A elaboração do PNC reflete, ainda, a perspectiva de continuidade e institucionalização do recente amadurecimento das práticas de gestão das políticas públicas de cultura. Processo que se caracteriza por iniciativas como a política federal de seleção pública de projetos artísticos e culturais, realizada por editais adequados às particularidades



das demandas de cada região do país e à diversidade das comunidades e grupos de identidade brasileiros.

Em 2008, ocorreu uma série de seminários pelo País e um conjunto de debates pela internet. Por meio de atividades como estas, o Legislativo e o Executivo agregam à formulação do PNC o conhecimento e experiência dos indivíduos e redes sociais que vivenciam a cultura brasileira, qualificando o debate público e as políticas culturais. Um processo histórico que servirá para orientar e coordenar iniciativas futuras em muitos níveis, dinamizando vários atores e otimizando o uso de recursos financeiros e a gestão de nossas instituições públicas. Tudo isso, de forma transparente, com a possibilidade de acompanhamento e fiscalização de todos.

O Projeto “Pontos de Cultura”, que foi criado pelo Ministério da Cultura, através do Programa Cultura Viva, onde pretende criar novos espaços para o incentivo e acesso à cultura através de repasses de recursos para instituições que atuem na produção artístico-cultural em cada estado e no Distrito Federal é um exemplo de Política Pública que visa assegurar o direito a cultura. Ele visa incentivar projetos culturais já desenvolvidos por comunidades, através de convênios com entes federativos, promovendo o intercâmbio entre diferentes segmentos da sociedade. Quem decide o que deve ser feito com o repasse do dinheiro público é a sociedade, através de propostas apresentadas, e o governo fica encarregado de implementá-la.

Atualmente, o Brasil conta com aproximadamente mil Pontos de Cultura, número que deve ser ampliado para 2,5mil até o final do ano. No Pará, são 20 pontos, distribuídos entre: 14 Pontos de Cultura, que desenvolvem as ações sociais previstas pelo Programa e especificadas nos editais; 3 Pontões de Cultura, que são responsáveis pela articulação entre os Pontos de Cultura; e os 3 Pontos de Redes, que, por sua vez, são os que auxiliam na garantia a integração entre os Pontões. Já no município de Belém, capital do Estado, há 5 Pontos de Cultura, 1 Pontão de Cultura e 3 pontos de Rede.

O Edital do projeto prevê o repasse de até 180 mil reais repassados durante três anos às instituições que atuem na produção artístico-cultural há pelo menos dois anos. Os projetos enviados devem, ainda, propor em seu conteúdo objetivo o desenvolvimento de ações contínuas em pelo menos uma das áreas de Culturas Populares, Grupos Étnico-Culturais, Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Audiovisual e Radiodifusão, Culturas





Digitais, Gestão e Formação Cultural, Pensamento e Memória, Expressões Artísticas, e/ou Ações Transversais.

### 3- CONCLUSÃO

Para fortalecer a noção de cultura como cidadania e estratégia de desenvolvimento é importante garantir meios apropriados de consulta, validação, implementação, gestão e avaliação social de programas, projetos e ações. Aos pesquisadores e especialistas cabe realizar estudos e pesquisas, assumindo papel ativo que oriente a formulação de políticas. São fundamentais, entre outros, os espaços dos conselhos, fóruns e conferências, que visam reunir instâncias do poder público e os diversos segmentos sociais.

A cultura, ademais de elemento fundamental e insubstituível na construção da própria identidade nacional é, cada vez mais, um setor de grande destaque na economia do País, como fonte de geração crescente de emprego e renda.

A complexidade do campo cultural é notável. São inúmeras as linguagens e suportes de expressão a serem contemplados: teatro, música, dança cinema, comunicação, artes plásticas, fotografia, escultura, artesanato, livros, patrimônio cultural (material e imaterial), circo, museus, cada um com a sua complexidade e especificidade a ser considerada. Temos também diferentes públicos ou segmentos culturais que devem ser enfocados pelas políticas públicas de cultura: povos indígenas e afro-descendentes, juventude, portadores de necessidades especiais, comunidades marginalizadas das grandes cidades. É indispensável, portanto, que concebamos e implementemos políticas para o setor cultural com diretrizes que dêem coerência e consistência ao conjunto de instrumentos institucionais pelos quais se dá a ação pública do Estado, tais como programas, projetos, dentre outros, que são as formas concretas como as políticas públicas são implementadas.

No entanto, existem inúmeros desafios que devem ser enfrentados para uma melhor implementação de tais políticas públicas, como proporcionar a capacitação e a profissionalização dos trabalhadores culturais; Valorizar e estimular a circulação cultural; Tornar a música popular brasileira um elemento dinamizador da cidadania e da economia; Fortalecer o uso do português e valorizar as línguas indígenas; Reconhecer e promover as condições de produção e fruição das culturas populares; Promover a culinária como registro e expressão da diversidade brasileira; Estimular a produção de design, moda e vestuário



como meios de expressão da diversidade e dinamização estratégica da economia; Qualificar a vivência cultural em todas as faixas etárias; Reconhecer e apoiar as expressões e o patrimônio cultural luso-afro-brasileiro; Reconhecer e valorizar as culturas indígenas e suas expressões simbólicas como vetor de enriquecimento humano; Combater as desigualdades regionais e desconcentrar a infra-estrutura e os meios de acesso cultural; Proteger e promover o patrimônio artístico e cultural e dinamizar a atuação dos museus; Transformar o Brasil em um país de leitores; Ampliar o uso dos meios digitais de expressão e acesso à cultura e ao conhecimento; Qualificar a presença da cultura brasileira no exterior; Contribuir para qualificar a educação formal e formação cidadã dos brasileiros; Desenvolver o turismo cultural sustentável através da valorização da diversidade: Garantir a participação da sociedade civil na gestão da política de cultura.

As políticas públicas são construídas para incentivar os cidadãos e fazer com que eles se sintam valorizados em manifestarem sua cultura. A cultura é uma forma de sustentabilidade econômica, é uma grande aliada do turismo, devendo ser mais valorizada tanto pela esfera pública como pela sociedade como um todo. “A cultura deve ser vista como parte constitutiva de um projeto global de desenvolvimento de um país” (Plano Nacional de Cultura, pg 31). Deve-se fortalecer a noção de cultura como cidadania e estratégia de desenvolvimento.

### Referência Bibliográfica

DECRETO de Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. In: **Vade Mecum Saraiva**. 2 ed. São Paulo, Saraiva, 2006.

FERREIRA, Gicele Brito. A Cultura como Antídoto a Barbárie. In: EVELIN, Heliana Baía; RIBEIRO, Jorgeane Corrêa; RODRIGUES, Leomara Barros . Serviço Social e resiliência na ótica dos Direitos Humanos. Belém, EDUFPA, 2007.p 37- 43.

PLANO Nacional de Cultura: diretrizes gerais. 2 ed. Ministério da Cultura, 2008.



PONTOS de Cultura no Brasil. Disponível em:  
[http://www.cultura.gov.br/sys/skins/cultura\\_viva\\_capa/sistematizacao\\_fim.php](http://www.cultura.gov.br/sys/skins/cultura_viva_capa/sistematizacao_fim.php) Acesso em 23 de abril de 2009.

SCHERE, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir. Amazônia: Políticas Públicas e diversidade cultural. Garamond, 2006.

SENADO Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:  
<http://senado.gov.br> – Acesso em: 25 de março de 2007.

VANNUCCHI, Aldo. Cultura Brasileira. Loyola, 1999, 141 pg.

[www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br) - Acesso em 15 de dezembro de 2008 e 02 de abril de 2009.

[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) - Acesso dia 16 de dezembro de 2008.

[www.secult.pa.gov.br](http://www.secult.pa.gov.br) – Acesso em 15 de dezembro de 2008.